



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

Apresentação: 13/02/2025 17:05:29.717 - Mesa

RIC n.407/2025

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Deputado Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, sobre o rombo de R\$ 14 bilhões na Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, sobre o rombo de R\$ 14 bilhões na Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, tendo em vista o papel do Ministério na regulamentação e supervisão das políticas de investimentos de fundos de pensão vinculados a empresas estatais.

A Previ, maior fundo de pensão da América Latina, sofreu um déficit bilionário que impacta diretamente 200 mil trabalhadores e aposentados do Banco do Brasil, gerando preocupações sobre a eficácia da regulação, a governança do fundo e a possível omissão do governo federal diante da deterioração dos ativos.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério da Previdência Social, é um órgão responsável pela fiscalização e normatização do setor de previdência complementar fechada, cabendo-lhe monitorar a gestão financeira dos fundos, emitir diretrizes regulatórias e adotar medidas de intervenção quando necessário.





Dessa forma, requeremos que o Ministro da Previdência Social preste esclarecimentos sobre:

Supervisão e Fiscalização do Ministério da Previdência Social sobre a Previ:

1. O Ministério da Previdência Social tinha conhecimento prévio sobre o déficit bilionário da Previ? Se sim, desde quando e quais ações foram adotadas preventivamente?
2. Que medidas foram tomadas para evitar ou mitigar as perdas financeiras da Previ?
3. Houve alertas técnicos sobre riscos nos investimentos da Previ antes da materialização do rombo financeiro?
4. Por que a fiscalização do Ministério da Previdência Social não evitou que um dos maiores fundos de pensão do país acumulasse perdas tão expressivas?
5. O Ministério considera que houve falha na regulação ou omissão dos órgãos responsáveis?

Possível Interferência Política na Gestão da Previ:

6. O Ministro da Previdência Social, direta ou indiretamente, teve participação na nomeação de diretores da Previ nos últimos dois anos?
7. O Ministério recebeu solicitações de parlamentares ou outras autoridades para nomeação de dirigentes na Previ? Caso positivo, disponibilizar cópias das comunicações.
8. Existe influência de agentes políticos na definição da política de investimentos da Previ?





9. Houve intervenção do governo federal ou do Ministério da Previdência Social em decisões estratégicas da Previ?

Impacto Econômico e Medidas Corretivas:

10. O rombo da Previ coloca em risco a solvência do fundo? Há possibilidade de necessidade de aportes emergenciais para cobrir o déficit?
11. Existe algum plano de reestruturação em andamento para recompor as perdas da Previ? Caso sim, quais são as medidas propostas?
12. Há risco de impacto no setor bancário e financeiro devido ao colapso do fundo?
13. O governo cogita intervenção na Previ para evitar um agravamento da crise previdenciária?
14. O Ministério da Previdência Social tem discutido ou formulado novas diretrizes para evitar a repetição desse tipo de prejuízo em outros fundos de pensão vinculados a estatais?

Diante da gravidade do tema e do impacto financeiro para milhares de brasileiros, solicitamos que tais informações sejam prestadas no prazo máximo de 30 dias.

Diante da gravidade do tema e do impacto financeiro para milhares de brasileiros, solicitamos que tais informações sejam prestadas no prazo máximo de 30 dias.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2025.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE** (PL-RJ)

Líder do Partido Liberal

